

**ENTRE OS MITOS E VIVÊNCIAS: O FEMININO NO CONTO 'OS LAÇOS DE FAMÍLIA', DE
CLARICE LISPECTOR**

**BETWEEN MYTHS AND EXPERIENCES: THE FEMININE IN THE SHORT STORY 'OS LAÇOS DE
FAMÍLIA', BY CLARICE LISPECTOR**

Ana Júlia Batista Gomes¹

Ana Maria Santos Lima²

Miriam Coutinho de Faria Alves (orientadora)³

RESUMO: Este trabalho propõe um estudo jusliterário do conto Os laços de família, integrante da obra Laços de Família, de Clarice Lispector (2020), com foco na perspectiva feminina na construção da tradição familiar. O objetivo é refletir sobre como os mitos familiares influenciam as concepções de maternidade, filiação e os papéis atribuídos à mulher no âmbito doméstico, bem como compreender de que modo tais construções simbólicas repercutem na cultura jurídica. No conto analisado, essas questões se manifestam especialmente nas personagens Severina (mãe) e Catarina (filha), cujas interações revelam tensões geracionais e a transmissão de valores familiares. Metodologicamente, utiliza-se o método fenomenológico aliado à análise do discurso, buscando compreender a condição feminina no espaço privado e os processos de perpetuação de expectativas sociais ligadas ao cuidado e à família. Conclui-se que o diálogo entre Direito e Literatura possibilita o desvelamento de mitos familiares e a problematização de narrativas opressivas, contribuindo para uma compreensão mais crítica das dinâmicas familiares e das questões de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Direito e Literatura, feminino, mitos familiares, Os laços de Família, Clarice Lispector.

ABSTRACT: This paper proposes a law-and-literature study of the short story “Os laços de família”, included in the book Laços de Família by Clarice Lispector (2020), focusing on the female perspective in the construction of family

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS), São Cristóvão, Brasil. Bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do grupo de pesquisa Direito, Arte e Literatura (Cnpq/UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5619932564822071>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1141-2815>. E-mail: anajuliabatista.contato@gmail.com.

² Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS), São Cristóvão, Brasil. Membro do grupo de pesquisa Direito, Arte e Literatura (Cnpq/UFS). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2057320836586298>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8542-6890>. E-mail: anamariaslima.adv@gmail.com

³ Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Sociologia (UFS). Professora do Mestrado em Direito (Prodir/UFS), São Cristóvão, Brasil. Pesquisadora-Líder do Grupo de Pesquisa Direito, Arte e Literatura (CNPq/UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0824235400578640>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1701-3652>. E-mail: miriamfaria2002@yahoo.com.br

tradition. The objective is to reflect on how family myths shape conceptions of motherhood, filiation, and the roles attributed to women within the domestic sphere, as well as to understand how these symbolic constructions reverberate within legal culture. In the analyzed short story, these issues are particularly reflected in the characters Severina (mother) and Catarina (daughter), whose interactions reveal generational tensions and the transmission of family values. Methodologically, the study adopts a phenomenological approach combined with discourse analysis in order to understand the condition of women in the private sphere and the processes through which social expectations related to care and family are perpetuated over time. It concludes that the dialogue between Law and Literature enables the unveiling of family myths and the problematization of oppressive narratives, contributing to a more critical understanding of family dynamics and gender issues.

KEYWORDS: Law and Literature; feminine; family myths; Os laços de família; Clarice Lispector.

INTRODUÇÃO

A coletânea *Laços de Família*, um dos primeiros livros de contos de Clarice Lispector, encontra em cada conto um olhar reflexivo acerca da família. Entre esses contos, *Os laços de família* instiga o leitor a compreender essa dinâmica a partir da convivência entre duas mulheres: mãe e filha, Severina e Catarina.

Trata-se de uma relação que se distancia do modelo culturalmente esperado para o vínculo materno, uma vez que ambas demonstram desconforto diante da presença uma da outra. Essa tensão reconfigura a dinâmica familiar ao evidenciar o afastamento em relação ao chamado mito do amor materno, revelando fissuras em uma idealização historicamente construída sobre a maternidade.

O mito do amor materno, trabalhado por Elisabeth Badinter, trata-se de um ideal criado socialmente em que o amor materno foi compreendido como um instinto natural, o que levou à crença de que esse comportamento seria inerente à condição feminina, independentemente do contexto histórico ou social. Assim, pressupõe-se que toda mulher, ao se tornar mãe, já possui internamente as respostas necessárias para exercer a maternidade, como se essa função fosse automática (Badinter, 1985, p.19).

É nesse ponto que se revela a transmissão da expectativa em perpetuar os ideais familiares que, por vezes, são rodeados por mitos. A literatura clariceana, nesse contexto,

revela essas condições não somente no conto citado, mas durante a trajetória familiar em Laços de Família, Clarice evidencia um deslocamento nas formas de vivência e expressão do feminino, ao mesmo tempo em que revela os elementos discursivos que sustentam a construção social dessa condição (Alves, 2013, p.111).

As relações familiares decorrentes dessas determinações culturais se inserem nas ciências sociais. O Direito vivencia as especificações da condição feminina e da maternidade, especialmente nas Varas de Família, em demandas envolvendo guarda, alimentos e divórcio. Além disso, essa temática também se projeta nas esferas trabalhista e previdenciária, nos debates sobre licença-maternidade e benefícios vinculados a essa condição.

Ocorre que a proteção à maternidade, além de constituir direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988⁴, assume papel estruturante nas relações sociais e culturais. A figura feminina, nesse contexto, é frequentemente tomada como referência simbólica, em torno da qual constroem narrativas, memórias e até mesmo mitos que atravessam as experiências familiares.

Dentre aqueles atravessados pelas narrativas femininas, Clarice Lispector também se propõe a recontá-las, inscrevendo, por meio das personagens do conto Os laços de família, uma perspectiva feminina sobre a construção da família. Este trabalho propõe um estudo jusliterário desse conto clariceano, com foco não apenas na construção dos mitos da maternagem, mas na perspectiva feminina na construção da tradição familiar. Se busca refletir sobre como os mitos familiares influenciam as concepções de maternidade, filiação e os papéis atribuídos à mulher no âmbito doméstico, bem como compreender de que modo tais construções simbólicas repercutem na cultura jurídica.

Assim sendo, serão explorados as condições para a) desvelar, por meio da jusliteratura, as experiências vividas por Severina e Catarina, enquanto expressões da condição feminina e

⁴ Art. 6º **São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a **proteção à maternidade** e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, grifos nossos)

da maternidade e b) interpretar os mitos familiares que permeiam as relações de filiação e maternidade, buscando revelar como tais construções simbólicas repercutem no âmbito jurídico.

A escolha metodológica é interdisciplinar entre o Direito e a Literatura, a partir da utilização do método fenomenológico aliado à análise do discurso, buscando compreender a experiência feminina no âmbito doméstico e as dinâmicas de reprodução de expectativas sociais e dos mitos culturais relacionados à família.

No primeiro capítulo, busca-se desvelar as experiências vividas por Severina e Catarina enquanto expressões do feminino, evidenciando os sentidos atribuídos aos papéis de gênero no âmbito doméstico. Já no segundo capítulo, o enfoque desloca-se para a apreensão e interpretação dos mitos familiares que permeiam as relações de filiação e maternidade, investigando como essas construções influenciam a organização das relações familiares. Destaca-se, nesse ponto, a vivência feminina e a manifestação de seus direitos subjetivos, evidenciando como essas construções simbólicas incidem no campo jurídico, especialmente na configuração de expectativas normativas e na (re)produção de desigualdades.

2 SEVERINA E CATARINA: MULHERES DA MESMA FACE

A exposição aos textos literários contribui para o aprofundamento da compreensão da natureza humana, na medida em que amplia o conhecimento acerca das múltiplas possibilidades de comportamento de homens e mulheres diante das variadas circunstâncias da vida, inclusive aquelas mais complexas ou imprevisíveis (Silva, 2008, p.56-57). É a partir disso que os estudos jusliterários conseguem resgatar na narrativa literária elementos extrajurídicos, como a construção da figura feminina no ambiente familiar e a sua importância perante essa dinâmica.

A intensidade emocional das personagens clariceanas refletem um olhar voltado tanto para o ambiente doméstico, onde se delineia o papel feminino, quanto para o interior de si mesmas, em um movimento de introspecção que representa uma forma de transgressão às relações práticas e sociais (Moraes, 2006, p. 82), e consequentemente as relações jurídicas.

Clarice Lispector expõe brilhantemente essa dinâmica no conto *Os laços de família*. A narrativa se inicia em um trajeto de táxi entre mãe e filha – Severina e Catarina – que se despedem após a visita da mais velha à casa da filha. Trata-se de uma situação permeada por frieza, mas durante o trajeto, Catarina, procura se apegar ao caráter quase cômico da situação, especialmente diante do fato de que a visita de duas semanas ocorrera apesar da aversão de Severina ao genro. Ao final, essa convivência resulta em uma cordialidade inesperada entre sogra e genro, Antônio (Lispector, 2020, p.89).

A filha rememora a inconformidade da “mulherzinha grisalha”, como cita o narrador, em ser uma boa sogra (Lispector, 2020, p. 90). A filha rememora as falas da mãe ““Perdoe alguma palavra mal dita”, dissera a velha senhora, e Catarina, com alguma alegria, vira Antônio não saber o que fazer das malas nas mãos, a gaguejar — perturbado em ser o bom genro. “Se eu rio, eles pensam que estou louca”, pensara Catarina franzindo as sobrancelhas”(Lispector, 2020, p. 89-90).

O vínculo afetivo entre mãe e filha, há muito adormecido, é inesperadamente reativado a partir de um evento banal, uma fredda brusca que as lança uma contra a outra, restabelecendo uma proximidade física que remete à infância. Esse contato súbito evidencia a distância emocional construída ao longo do tempo e provoca, em Catarina, uma espécie de tomada de consciência acerca desse esquecimento mútuo, como se ambas nunca tivessem afirmado plenamente seus papéis de mãe e filha, revelando a fragilidade e a incompletude dessa relação (Moraes, 2006, p.82).

O esquecimento não é uma simples falha ou apagamento da memória, mas como um fenômeno intrinsecamente ligado a ela, podendo inclusive constituir uma de suas condições

de funcionamento. Nesse sentido, memória e esquecimento se entrelaçam de tal forma que este último não se reduz a uma disfunção, mas integra a própria dinâmica da experiência mnemônica, marcada por um caráter silencioso, ambivalente e existencial (Ricoeur, 2007, p.435). No conto, o não-dito (o estranhamento e o reconhecimento entre ambas), é experienciado e continua a produzir efeitos na experiência intersubjetiva de Catarina e Severina através da percepção e da vivência.

As narrativas clariceanas privilegiam o tempo interior das personagens, de modo que os acontecimentos externos só ganham relevância pelas repercussões subjetivas que provocam. Nesse contexto, o espaço físico aparece como uma extensão – ou projeção – do mundo psíquico, sempre em estreita relação com a interioridade das personagens (Ferreira, 2015, p. 146).

“Catarina olhava a mãe, e a mãe olhava a filha, e também a Catarina acontecera um desastre?” (Lispector, 2020, p.91). O resgate da interligação afetiva se dá a partir do momento epifânico entre mãe e filha causado pelo toque físico após a parada brusca do táxi desencadeia um estado de desconforto e insegurança, que ambas procuram disfarçar por meio de gestos cotidianos e mecânicos (Moraes, 2006, p.82): “Catarina fora lançada contra Severina, numa intimidade de corpo há muito esquecida, vinda do tempo em que se tem pai e mãe. Apesar de que nunca se haviam realmente abraçado ou beijado” (Lispector, 2020, p.91).

Ambas experienciam a memória enquanto construção familiar a partir do momento epifânico. A relação conflitante com o passado é sempre presente, na medida em que memória e história disputam a sua interpretação. Isso ocorre porque a história nem sempre reconhece a legitimidade da memória, enquanto esta, por sua vez, desconfia de reconstruções que não priorizam os direitos de lembrar (Sarlo, 2007, p.9). Nas palavras de Beatriz Sarlo “O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.” (Sarlo, 2007, p.9).

Todavia, é a partir desse retorno em que a filha reconhece a mãe através do olhar “Catarina viu então que sua mãe estava envelhecida e tinha os olhos brilhantes”(Lispector, 2006, p.91). O que antes se configurava como distanciamento transforma-se em percepção, revelando que o reencontro não é apenas físico, mas também atravessado pela memória. Nesse instante, o passado irrompe no presente, reconfigurando a forma como Catarina vê a mãe não mais como uma figura distante, mas como alguém – uma mulher-mãe – marcada pelo tempo, pela experiência e pelas vivências compartilhadas, uma outra face de si mesma.

No entanto, ao mesmo passo em que a percepção reacendeu o reconhecimento de ambas, a memória resgatou o sentir experienciado anteriormente.

O trem não partia e ambas esperavam sem ter o que dizer. A mãe tirou o espelho da bolsa e examinou-se no seu chapéu novo, comprado no mesmo chapeleiro da filha. Olhava-se compondo um ar excessivamente severo onde não faltava alguma admiração por si mesma. A filha observava divertida. Ninguém mais pode te amar senão eu, pensou a mulher rindo pelos olhos; e o peso da responsabilidade deu-lhe à boca um gosto de sangue. Como se “mãe e filha” fossem vida e repugnância. Não, não se podia dizer que amava sua mãe. Sua mãe lhe doía, era isso (Lispector, 2020, p.92)

É nesse instante que Catarina percebe o deslocamento entre mito culturalmente do amor materno (Badinter, 1985) e percebe a construção do afastamento da experiência de ser filha, e de Severina, em ser sua mãe.

Deve-se pontuar que ser mãe não se confunde com o ato de gestar, já que uma mulher pode assumir a maternidade por diferentes caminhos. O exercício de maternar relaciona-se ao exercício do cuidado, que envolve disponibilidade, renúncias e o adiamento de projetos pessoais, podendo se estender por longos períodos, inclusive ao longo de toda a vida, especialmente nos casos que demandam cuidado contínuo (Casas, 2025, p.61).

O desejo de experienciar essa vivência se inclui na narrativa no momento da despedida de ambas, já que Catarina ensaia perguntar diretamente sobre a felicidade dos pais, mas recua e opta por mandar lembranças à titia, o que evidencia a presença de um não-dito que

atravessa a dinâmica familiar, um silenciamento enquanto ponto dessa fragilidade na relação parental (Peron, 2001, p.110).

O desejo, nas palavras de Warat, não se funda nos valores e saberes dominantes, mas na multiplicidade de sentidos que emergem da própria experiência da vida, distinguindo, assim, entre uma significação desejante e uma significação dominante. Enquanto esta última se vincula aos discursos hegemônicos que organizam e limitam a realidade, aquela se expressa nas margens, nas dissidências e nas formas de existência que escapam à normatividade (Warat, 1985, p.29-30).

É nesse contexto, que o Direito enquanto fenômeno social, também perpassa pelas dinâmicas de gênero, inclusive, ao abraçar a cultura como experiência, a literatura clariceana manifesta como “denúncia da condição do ser feminino, do ser oprimido e sujeito às convenções da sociedade patriarcal” (Ferreira, 2015, p. 10).

Assim como Warat propõe que a emancipação dos sujeitos exige o reconhecimento dessas significações marginais e a superação das linguagens que sustentam a ordem dominante, sobretudo porque o Direito e a lei tendem a operar como instrumentos de contenção dos desejos. Ainda assim, o autor aponta que a possibilidade de liberação reside na abertura a formas inesperadas de linguagem e expressão, capazes de divergir e deslocar os sentidos instituídos (Warat, 1985, p.29-30).

No universo familiar de Catarina, desde a herança de seus pais à nova estrutura familiar, opera como uma significação dominante, como um espaço regulado por normas implícitas de contenção emocional, no qual os afetos são silenciados ou expressos de forma indireta.

Na família, é comum a circulação de conteúdos inconscientes, como fantasias, desejos e mitos, que atravessam o psiquismo coletivo e, ao mesmo tempo, participam da formação da subjetividade de cada indivíduo (Peron, 2001, p.110). Para Paula Peron, os mitos familiares

podem ser compreendidos como conjuntos de crenças inconscientes e fantasmáticas que se originam na relação do casal e se transmitem ao longo das gerações por meio de diferentes formas de linguagem.

Esses mitos desempenham uma função defensiva, pois atuam na tentativa de preservar a unidade psíquica do grupo, elaborando conflitos e paradoxos que poderiam ameaçar sua coesão. Por sua vez, o segredo familiar pode ser entendido como uma das origens desses mitos, constituindo-se a partir de um pacto inconsciente coletivo que sustenta o silenciamento de um fato real, percebido como ameaçador à estabilidade psíquica do grupo (Peron, 2001, p.110-111).

Os mitos familiares então surgem como uma maneira de integração, na medida em que organizam simbolicamente as experiências compartilhadas e oferecem uma narrativa capaz de dar sentido às lacunas deixadas pelo não-dito. Contudo, essa função mítica agregadora não extingue as problemáticas subjacentes. Na realidade, pode perpetuá-las de forma velada, mantendo o segredo ativo no interior das relações familiares, produzindo transformações nas dinâmicas intergeracionais da família (Severina e Catarina). Na obra clariceana, tais mitos familiares se perpetuam por meio do silenciamento que atravessa tanto as relações quanto às dimensões do sentir, instaurando zonas de opacidade afetiva. É esse movimento que será aprofundado no próximo tópico.

3 A memória familiar e os mitos que a permeiam

Embora haja divergências quanto à natureza da família, as ciências sociais tendem a compreendê-la como um fenômeno essencialmente cultural e social, o que inviabiliza definições únicas e rígidas, sob pena de incorrer em reducionismos e preconceitos ideológicos. Nessa perspectiva, a família é entendida como uma construção dinâmica, que se transforma de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais em que se insere (Casas, 2025, p.51).

A memória coletiva, conforme Paul Ricoeur, deve ser compreendida a partir de uma analogia com a memória individual, uma vez que não se trata de uma consciência própria do grupo, mas de uma construção intersubjetiva. Nessa perspectiva, ela não corresponde a uma consciência própria, mas a um conjunto de rastros deixados por acontecimentos que marcaram a trajetória dos grupos, os quais são atualizados por meio de ritos, festas e celebrações, ou seja, torna-se possível atribuir às comunidades uma forma de temporalidade e historicidade, tratando-as como sujeitos que sustentam e atualizam suas lembranças (Ricoeur, 2007, p.129)

Essa interligação entre a construção das lembranças perpassa a relação entre Catarina e a mãe e se desloca para a sua experiência enquanto esposa de Antônio e mãe:

— Foi sim, respondeu Catarina empurrando a porta do quarto de seu filho. Ah, sim, lá estava o menino, pensou com alívio súbito. Seu filho. Magro e nervoso. Desde que se pusera de pé caminhara firme; mas quase aos quatro anos falava como se desconhecesse verbos: constatava as coisas com frieza, não as ligando entre si. Lá estava ele mexendo na toalha molhada, exato e distante. A mulher sentia um calor bom e gostaria de prender o menino para sempre a este momento; puxou-lhe a toalha das mãos em censura: este menino! Mas o menino olhava indiferente para o ar, comunicando-se consigo mesmo. Estava sempre distraído. Ninguém conseguira ainda chamar-lhe verdadeiramente a atenção. A mãe sacudia a toalha no ar e impedia com sua forma a visão do quarto: mamãe, disse o menino. Catarina voltou-se rápida. Era a primeira vez que ele dizia "mamãe" nesse tom e sem pedir nada. Fora mais que uma constatação: mamãe! A mulher continuou a sacudir a toalha com violência e perguntou-se a quem poderia contar o que sucedera, mas não encontrou ninguém que entendesse o que ela não pudesse explicar. Desamarrotou a toalha com vigor antes de pendurá-la para secar. Talvez pudesse contar, se mudasse a forma. Contaria que o filho dissera: mamãe, quem é Deus. Não, talvez: mamãe, menino quer Deus. Talvez. Só em símbolos a verdade caberia, só em símbolos é que a receberiam. Com os olhos sorrindo de sua mentira necessária, e sobretudo da própria tolice, fugindo de Severina, a mulher inesperadamente riu de fato para o menino, não só com os olhos: o corpo todo riu quebrado, quebrado um invólucro, e uma aspereza aparecendo como uma rouquidão. Feia, disse então o menino examinando-a.

— Vamos passear! respondeu corando e pegando-o pela mão.

Passou pela sala, sem parar avisou ao marido: vamos sair! e bateu a porta do apartamento (Lispector, 2020, p.94-95).

O instante em que o menino a chama de “mamãe” inaugura uma espécie de encontro consigo mesma, a “mamãe”, aquela que carrega a intensidade e significado do termo. Catarina então, apesar da situação desvirtuada com a mãe, encontra em seu filho a experiência da comunicação, a construção do vínculo familiar, o eu e o nós.

Ao reencontrar o filho, Catarina vivencia um impulso afetivo marcado por ternura e desejo de permanência naquele instante; contudo, esse movimento é imediatamente contido por um gesto de censura, revelando um padrão inconsciente de repressão emocional no interior da família. Ainda assim, quando o menino a chama de forma espontânea de “feia”, ocorre uma breve ruptura nesse regime de silêncio, permitindo que Catarina experimente uma expressão afetiva mais autêntica, simbolizada pelo riso que rompe a rigidez até então dominante (Peron, 2001, p.113).

A relação entre mãe e filho não se apresenta como imediata ou harmoniosa, mas marcada por distanciamento e estranhamento, o que impede a plena significação da experiência parental. O vínculo afetivo não se constroi apenas pelo que é dito e lembrado, mas também pelo que permanece silenciado, esquecido ou impossível de simbolizar, revelando a complexidade e a instabilidade das relações maternas nesta família. É nesse ponto narrativo que se conflitam os mitos que permeiam a feminilidade: a adaptabilidade natural em perpetuar as memórias familiares.

Isso se relaciona com a própria criação da experiência humana. Segundo Iaconelli, nos estágios iniciais da vida, embora o feto vivencie estímulos sensoriais à medida que seus órgãos se desenvolvem, essas experiências ainda carecem de sentido, permanecendo no plano puramente reativo. É apenas com a intervenção daquele que cuida que essas vivências passam a ser simbolizadas e interpretadas, uma vez que o sentido não é inerente à experiência, mas construído posteriormente por meio da linguagem. Dessa forma, sensações intensas vividas no útero não carregam, por si mesmas, qualquer significado identificável, evidenciando que, nos primórdios da existência, há uma opacidade de sentido que somente será gradualmente

superada pela mediação simbólica no processo de constituição subjetiva (Iaconelli, 2023, p.192).

É nesse aspecto que se recupera a memória familiar, já que:

É possível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo podem sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado, a não ser que se eliminem todos os sujeitos que o carregam [...] Em condições subjetivas e políticas "normais": o passado sempre chega ao presente (Sarlo, 2007, p.10)

Neste sentido, as mães têm um papel essencial na família, já que é por meio dessa transmissão advinda da maternagem que sensações inicialmente desprovidas de sentido passam a ser integradas em uma rede de significados, bem como a constituição da subjetividade. A partir disso, pode-se compreender que o cuidado materno ultrapassa a dimensão biológica e assume uma função essencial enquanto intermediária das relações sociais.

Assumir a parentalidade implica inserir o filho em uma linhagem simbólica e social que antecede e ultrapassa a existência dos próprios pais, conferindo-lhe um lugar na história familiar e tornando-o representante de sua continuidade. Nesse processo, a relação com a criança envolve não apenas o cuidado, mas também uma forte identificação psíquica, na qual os pais se reconhecem e se projetam nos filhos por meio de um “corpo imaginário”, que vai além da dimensão estritamente genética. Assim, a filiação articula diversos aspectos, afetivos, simbólicos e biológicos, em especial o caráter da genitoridade implica ainda a transmissão de um corpo imaginário, ou seja, incorpora ainda uma dimensão narcísica específica, na qual os pais tendem a se perceber refletidos nos filhos a partir de características físicas reconhecidas ou até mesmo projetadas (Iaconelli, 2023, p.208).

Esse desejo também ocorre à Catarina, que procura compreender sua própria origem, ao questionar se sua existência é fruto de uma experiência marcada pela felicidade ou por conflitos. Tal inquietação revela uma identidade construída a partir de uma herança representativa incerta, possivelmente permeada por interditos e memórias reprimidas, o que

contribui tanto para a tensão na relação com a mãe quanto para o receio de que algo essencial tenha sido esquecido, ou, talvez, devesse mesmo permanecer oculto (Peron, 2001, p.110). A personagem deseja conhecer a sua construção enquanto partícipe da família.

O desejo de ser filha está interligado à força que a narrativa constitui um espaço marcado pela abertura de possibilidades, uma vez que resulta de escolhas e seleções que poderiam ter sido diferentes. Essa força propõe uma ampliação de horizonte a partir de sua análise no âmbito judiciário, já que, ao revelar o caráter construído e contingente dos relatos, evidencia a fragilidade de versões apresentadas como únicas ou autoritárias (Silva, 2008, p.81).

O direito de pertencer ao mundo, de dar forma e sentido à própria existência, articula-se a um *pathos* que se manifesta como escrita da vida, em que a linguagem se torna meio de expressão e atuação do sujeito (Alves, 2013, p. 109).

[...] O trem já andava e Catarina acenava. O rosto da mãe desapareceu um instante e reapareceu já sem o chapéu, o coque dos cabelos desmanchado caindo em mechas brancas sobre os ombros como as de uma donzela – o rosto estava inclinado sem sorrir, talvez mesmo sem enxergar mais a filha distante (Lispector, 2020, p. 93)

As emoções e especificamente o prazer do corpo, enquanto rupturas da lógica do dever construída socialmente são renegadas já que há uma centralidade do dever na organização social. A vida passa a ser regulada por uma lógica de obrigações que subordina o prazer e os afetos a estruturas de proibição. Essa imposição contribui para a formação de um imaginário social marcado pelo controle e pelo preconceito, que pode favorecer tendências autoritárias. As desigualdades existentes estruturadas sob essa lógica, resultam em uma aparência de legalidade e em uma forma de hipocrisia institucional que pouco transforma a realidade social (Warat, 1985, p.24-25).

Isso se justifica pela consolidação pela cultura ocidental, por meio de discursos institucionais, a desvalorização das mulheres, restringindo-as à dependência masculina e à maternidade como destino. Mesmo com ideais modernos de autonomia, a mulher

permaneceu afastada do espaço público, sob tutela patriarcal, tendo suas decisões subordinadas a essa lógica. A partir da Revolução Francesa, reforçou-se a associação entre “natureza feminina” e cuidado, limitando historicamente o papel social da mulher à maternidade (Fidalgo, 2000, p.113-114). A idealização da maternidade e da família como um espaço de harmonia e realização pode, em muitos casos, ocultar um cenário de frustrações, no qual emergem emoções intensas e até destrutivas (Fidalgo, 2000, p.156).

Essa construção narrativa feminina acerca da maternidade do século XX no Brasil foi estudada por Georgiane Garabely Heil Vázquez, que concluiu em seu estudo a partir de entrevistas com mulheres nascidas entre 1920 a 1970 as experiências com suas mães e como as recordavam. A pesquisa indicou que as entrevistadas mais jovens tendem a representar suas mães como figuras heroicas, marcadas por sofrimento e luta, enquanto as mais velhas as descrevem de forma mais objetiva e distanciada, enfatizando sobretudo o papel de trabalhadoras (Vázquez, 2017, p.221).

O autor concluiu que a partir dessas vivências a ausência de amor materno costuma ser interpretada socialmente como uma falha, frequentemente associada a traços negativos da personalidade da mãe, como imaturidade ou narcisismo, reforçando discursos que rejeitam qualquer desvio do ideal de maternidade. Por outro lado, a severidade no exercício desse amor é compreendida como algo inerente ao papel materno, sendo historicamente naturalizada como prática educativa voltada à formação moral dos filhos, mesmo quando envolve rigidez ou constrangimento, vistos como expressões de cuidado e responsabilidade (Vázquez, 2017, p.223).

No meio da fumaça Catarina começou a caminhar de volta, as sobranceiras franzidas, e nos olhos a malícia dos estrábicos. Sem a companhia da mãe, recuperara o modo firme de caminhar: sozinha era mais fácil [...] E de tal modo haviam-se disposto as coisas que o amor doloroso lhe pareceu a felicidade [...] Espiava as pessoas com insistência, procurando fixar naquelas figuras mutáveis seu prazer ainda úmido de lágrimas pela mãe [...](Lispector, 2020, p.93).

Em *Os Laços de Família*, Clarice resgata essas divergências que atravessam a experiência feminina no espaço doméstico, evidenciando o desconforto e a insatisfação da

mulher diante de um lugar social marcado pela submissão. Nesse sentido, a obra se insere como pioneira ao problematizar a violência moral que incide sobre a mulher, expondo a família não como um espaço idealizado, mas como um locus de suturação da identidade feminina (Gomes, 2013, p.68).

É precisamente a partir dessa violência no ambiente doméstico que se deve conferir visibilidade à mulher como sujeito de direito, reconhecendo-a como digna de estima e respeito e, assim, como agente ético fundamental tanto na reflexão quanto na construção de sociedades mais justas (Bentes, 2016, p.164). O horizonte de percepção possível através do diálogo entre Literatura e o Direito, amplia a compreensão acerca das dimensões culturais dos papéis familiares, desvelando como eles são construídos e reproduzidos por meio dos mitos que legitimam a manutenção das desigualdades de gênero.

Os mitos familiares não se esgotam na condição feminina, mas se incluem a percepção masculina das relações sociais. Fernanda Las Casas expõe o mito da “superioridade masculina”, que se ancora na masculinidade hegemônica, naturalizando atributos como virilidade, heterossexualidade, distanciamento emocional e agressividade como próprios do masculino, consolidando um modelo dominante de identidade. Nesse contexto, a associação cultural entre masculinidade e violência, aliada à ausência de estímulo para o reconhecimento e a expressão das emoções desde a infância, limita o desenvolvimento do autoconhecimento emocional, o que repercute na dificuldade de identificar, elaborar e também respeitar os sentimentos alheios (Casas, 2025, p.54-56).

A reação do marido diante da aproximação entre mãe e filho evidencia a percepção de uma ameaça à ordem familiar, estruturada na contenção dos afetos e na negação da individualidade. A possibilidade de uma relação mais livre e expressiva entre ambos desperta inquietação, levando-o a tentar restabelecer a estabilidade por meio de estratégias que reafirmem a harmonia doméstica, ainda que baseada na repressão das emoções e na

limitação da autonomia de Catarina (Peron, 2001, p. 114), “– “Depois do jantar iremos ao cinema”, resolveu o homem” (Lispector, 2020, p.97).

O marido repetiu-se a pergunta que, mesmo sob a sua inocência de frase cotidiana, inquietou-o: aonde vão? Via preocupado que sua mulher guiava a criança e temia que neste momento em que ambos estavam fora de seu alcance ela transmitisse a seu filho... mas o quê? “Catarina”, pensou, “Catarina, esta criança ainda é inocente!” Em que momento é que a mãe, apertando uma criança, dava-lhe esta prisão de amor que se abateria para sempre sobre o futuro homem. Mais tarde seu filho, já homem, sozinho, estaria de pé diante desta mesma janela, batendo dedos nesta vidraça; preso. Obrigado a responder a um morto. Quem saberia jamais em que momento a mãe transferia ao filho a herança. E com que sombrio prazer. Agora mãe e filho compreendendo-se dentro do mistério partilhado. Depois ninguém saberia de que negras raízes se alimenta a liberdade de um homem. “Catarina”, pensou com cólera, “a criança é inocente!” Tinham porém desaparecido pela praia. O mistério partilhado. (Lispector, 2020, p.95-96).

O detalhe em que o espaço doméstico é associado à ordem, à organização e ao silêncio, configurando-se como um ambiente que limita a experiência da alegria para a personagem feminina. Em contraposição, a rua surge como lugar de liberdade e possibilidade de autonomia. Catarina rompe com essa clausura ao sair de casa com o filho, afastando-se não apenas do espaço físico, mas também da relação conjugal opressiva. Ao final, a mudança de perspectiva para o marido evidencia sua sensação de abandono e sua incapacidade de lidar com a ruptura da rotina, reforçando o contraste entre imobilidade e movimento. A oposição entre casa e rua funciona como crítica à condição feminina, marcada pela opressão e pelas imposições da lógica patriarcal (Ferreira, 2015, p.151-152).

Catarina se afasta e opta por caminhar sozinha, numa tentativa de elaborar o que acabara de vivenciar. Nesse movimento solitário, ela recupera uma sensação de firmeza e passa a perceber o mundo ao redor com maior nitidez, como se o cotidiano ganhasse novos contornos e intensidades (Moraes, 2006, p.82), “[...] Nos olhos vesgos qualquer pessoa adivinharia o gosto que essa mulher tinha pelas coisas do mundo” (Lispector, 2020, p.93).

Catarina vivencia o deslocamento que a conduz a um processo de autoquestionamento e ao desejo de ruptura com as imposições do cotidiano doméstico, contudo, embora questione a falta de liberdade e perceba as fissuras desse modelo, não conseguem

efetivamente se desvincular dele, revelando, em nível simbólico, a permanência de estruturas que mantêm a mulher atrelada ao destino familiar (Gomes, 2013, p.68).

A ideia de destino, assim como a de caráter, não se revela de forma direta, mas apenas por meio de sinais presentes nas experiências e relações humanas, sem que haja entre eles uma relação causal, e sim de significação. Nesse sentido, a separação entre sujeito e mundo exterior mostra-se insustentável, pois ambos se constituem em permanente interação (Benjamin, 2013, p.91). A simbologia que Clarice perpassa no horizonte de Catarina expõe um destino com o silêncio.

O silêncio que reforça que “[...] o sujeito feminino muitas vezes permanece à margem da sua própria voz” (Alves, 2013, p.111). A imaginação feminina, então, enquanto expressão identitária de direitos, mobiliza imagens e metáforas que revelam múltiplas formas de cidadania, articulando dimensões éticas e subjetivas na construção das personagens como sujeitos sociais (Alves, 2013, p.110).

O silêncio constrói na narrativa tanto da disruptura e da permanência dos mitos familiares na narrativa. É nesse não-dito que se inscreve a tensão entre mãe e filha, atravessada pela sensação difusa de que algo está sendo esquecido. Eis a questão: o que estavam esquecendo?

Também a Catarina parecia que haviam esquecido de alguma coisa, e ambas se olhavam atônitas – porque se realmente haviam esquecido, agora era tarde demais. Uma mulher arrastava uma criança, a criança chorava, novamente a campainha da Estação soou... Mamãe, disse a mulher. Que coisa tinham esquecido de dizer uma a outra? e agora era tarde demais. Parecia-lhe que deveriam um dia ter dito assim: sou tua mãe, Catarina. E ela deveria ter respondido: e eu sou tua filha (Lispector, 2020, p.92).

Esse esquecimento se sustenta na permanência do silêncio, os afetos e expectativas não elaboradas e a restrição da mulher, seja Severina ou Catarina, nas amarras culturalmente naturalizadas. “Por que andava ela tão forte, segurando a mão da criança? [...] Vistas de cima

as duas figuras perdiam a perspectiva familiar, pareciam achatadas ao solo e mais escuras à luz do mar. Os cabelos da criança voavam...”(Lispector, 2020, p. 95)

O mito, diante da relação familiar demonstrada surge com a ambivalência, pois desvela a fragilidade dos laços ao mesmo tempo, evidencia a permanência de estruturas que, mesmo não ditas, continuam a operar na experiência familiar. Nesse contexto, o direito à subjetividade, entendido como a busca por forma e destino, apresenta-se como um processo contínuo e inacabado, marcado por uma discursividade histórica, constituída na relação com a memória e com os discursos do outro (Alves, 2013, p.110). Sendo assim, o sujeito inserido nesse contexto, constroi na intersecção entre o que lhe é imposto e aquilo que consegue ressignificar, revelando que a subjetividade não é um dado fixo, mas um movimento constante de negociação com as estruturas culturais e tradições que o atravessam.

4 Conclusão

A tradição que envolve a condição feminina revela-se na ambivalência dos sentidos do silêncio na obra de Clarice Lispector, funcionando como espaço de expressão e, simultaneamente, de apagamento. Os mitos familiares — tanto aqueles que estruturam a maternidade quanto os que derivam da virilidade masculina — evidenciam uma dinâmica marcada por aproximações e distanciamentos, expondo a complexidade dos vínculos afetivos e sociais.

Nesse contexto, o ambiente doméstico destaca-se como um espaço de limitação para Catarina, que passa a se reconhecer justamente no movimento de saída, ainda que simbólica, desse lugar. A personagem, assim, insere-se nos paradigmas de gênero culturalmente perpetuados, na medida em que sua experiência é atravessada pelo não reconhecimento, revelando as tensões que estruturam a vivência feminina no interior da família.

A memória e o esquecimento também se apresentam como elementos centrais na interseção proposta, especialmente a partir da epifania clariceana, que ilumina e reconfigura a relação de Catarina consigo mesma e com o mundo. Nesse movimento, o reconhecimento emerge de forma fragmentada, revelando tanto a construção quanto as fissuras de sua subjetividade (o si e o ser-no-mundo).

O outro, a personagem Severina, exerce papel decisivo na perpetuação da tradição familiar, sobretudo por meio de um discurso não-dito que sustenta e atravessa as relações. É nesse silêncio que se estruturam tanto o vínculo entre mãe e filha quanto a relação de Catarina com o filho e com o marido, Antônio.

Assim, o feminino, atravessado pelos mitos familiares, evidencia, na obra de Clarice, o silêncio como elemento constitutivo das relações. O direito subjetivo feminino implica a afirmação da própria voz e da experiência como dimensões constitutivas da existência, e aqui, em especial, transformar a família e o espaço doméstico enquanto ruptura de estruturas que historicamente sustentam tais silenciamentos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Coutinho de Faria. Direito, gênero e literatura – a subjetividade feminina na perspectiva clariceana: os horizontes de G.H. e Macabéa. In: STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (org.). *Direito e literatura*. São Paulo: Adas, 2013. p. 104-112.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem* (1915-1921). Tradução: Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. 2. ed. São Paulo: Dias Cidade; Editora 34, 2013.
- BENTES, Hilda Helena Soares. A “via crucis do corpo” da mulher: trajetos de violência na literatura brasileira sob a ótica dos direitos humanos das mulheres. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 147–167, 2016. DOI: 10.21119/anamps.21.147-167. Disponível em: <https://rdl.emnuvens.com.br/anamps/article/view/222>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

- CASAS, Fernanda Las. *Família: mitos ancestrais e crise da maternidade*. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2025.
- FERREIRA, Patrícia I. M.. PARA UMA POÉTICA DO ESPAÇO EM CLARICE LISPECTOR: ANÁLISE DOS CONTOS “AMOR”, “A IMITAÇÃO DA ROSA”, “OS LAÇOS DE FAMÍLIA” E “PRECIOSIDADE”. *Revista Literatura em Debate*, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 143–159, 2015. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/literaturaemdebate/article/view/1642>. Acesso em: 22 abr. 2026
- FIDALGO, Lurdes dos Anjos. *(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2000.
- GOMES, Carlos Magno. LITERATURA E DIREITOS DA MULHER. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana-SE, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/1704>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- LISPECTOR, Clarice. Os laços de família. In: LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*: edição comemorativa. São Paulo: Rocco, 2020, p. 89-98.
- MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. O imaginário dos afetos nos contos de Laços de família. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1/2, n. 28, p. 78-83, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1496>. Acesso em: 22 abr. 2026
- PERON, Paula Regina. Uma análise do conto “Os laços de família”, de Clarice Lispector, segundo o recorte da psicanálise da família: os laços entre literatura e psicanálise. *Interações*, São Paulo: Universidade São Marcos, v. 6, n. 12, p. 107–116, jul./dez. 2001.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SILVA, Joana Maria Madeira de Aguiar e. *Para uma teoria hermenêutica da justiça: repercussões jusliterárias no eixo problemático das fontes e da interpretação jurídicas*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Universidade do Minho, Escola de Direito, 2008.
- VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. “Quase Tudo Sobre Minha Mãe”: A Figura Materna entre Memórias e Narrativas. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 8, n. 2, p. 207-223, 2017. ISSN 21772886. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10045>. Acesso em: 22 abr. 2026
- WARAT, Luís Alberto. Voltar a casa. In: WARAT, Luís Alberto. *A ciência jurídica e seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985. p. 15–40.